

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.974 - MS (2012/0234113-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PROCURADOR** : SÉRGIO WILIAN ANNIBAL E OUTRO(S) - MS005498  
**RECORRIDO** : ONOFRE CAVALCANTE DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : ANTONINO MOURA BORGES - MS000839  
**INTERES.** : CIRSO CAVENAGHI E OUTROS  
**ADVOGADO** : EVANDRO CÉSAR CASALI - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com arrimo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em face de v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL - RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO A POSTERIOR/- PRELIMINAR DE EXTEMPORANEIDADE AFASTADA.*

*Embora não tivesse o recorrente ratificado os termos da apelação após o*

*julgamento dos embargos de declaração, há de se conhecer do apelo, sob pena de premiar o formalismo exacerbado, motivo pelo qual rejeita-se a preliminar de não conhecimento do recurso por suposta intempestividade.*

*AÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DE MATRÍCULA IMOBILIÁRIA C/C DECLARATÓRIA DE EFICÁCIA DE ESCRITURA - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO- AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL - COISA JULGADA - MATÉRIA AFETA À APRECIÇÃO PRÉVIA DO JUIZ SEM ADENTRAR AO MÉRITO - CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE PRELIMINAR REJEITADA.*

*O cerceamento de defesa é caracterizado quando o demandado tem obstado o exercício prático da defesa e a integridade deste exercício, e não em razão da extinção da ação sem adentrar ao mérito da lide por esbarrar em ausência de pressuposto processual, requisito avaliável pelo julgador prima facie.*

*ANULAÇÃO DE ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL E DE TRANSCRIÇÃO (MATRÍCULA IMOBILIÁRIA) DECISÕES PROFERIDAS EM PROCESSOS DE CUNHO ADMINISTRATIVO COISA JULGADA AFASTADA. As decisões proferidas em processos administrativos, por não resolverem conflitos, não fazem a coisa julgada a que se refere os artigos 467 e 468 do CPC.*

*INTERESSE PROCESSUAL PRESENTE TERCEIRO JURIDICAMENTE INTERESSADO - PRELIMINAR. ARGUIDA*

*DE OFÍCIO PELO RELATOR, AFASTADA.*

*O direito ao restabelecimento dos atos registraís (matrícula e escritura pública) pertence a todos os juridicamente interessados. In casu, pleiteia o apelante restabelecer situação jurídica vigente à época em que celebrou com o então titular dominial do imóvel instrumento jurídico versando sobre o próprio imóvel e sem a qual (situação jurídica) provavelmente não teria realizado negócio algum. Evidente, pois, o interesse processual.*

*ILEGITIMIDADE ATIVA E APRECIÇÃO DO MÉRITO DA CAUSA IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO EM 2ª INSTÂNCIA - IN APLICABILIDADE DO ART. 515, §3º, DO CPC.*

*Tendo em vista o interesse das partes na produção de provas, inclusive em audiência, como ressalta o Ministério Público em primeiro grau de jurisdição, resta inadequado o julgamento imediato da lide com base no art. 515, § 3º, do CPC.*

*SENTENÇA ANULADA - AFASTADA A ARGUIÇÃO DE COISA JULGADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - NECESSIDADE DE REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. (e-STJ, fls. 744/745)*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 773/776)

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega ofensa ao art. 535 do CPC/73, sob o fundamento de que o acórdão recorrido foi omissivo quanto às alegações de ilegitimidade ativa do recorrido e prescrição da pretensão autoral.

Alega, ainda, divergência jurisprudencial, ao argumento de que, a apelação interposta pelo recorrido é extemporânea, bem como é necessária a ratificação do recurso na pendência de julgamento nos embargos de declaração.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

No que tange à alegação de ilegitimidade ativa, o Tribunal de origem consignou que, no caso em voga, pretende-se apenas restaurar matrícula imobiliária cassada e a controvérsia, em princípio, não envolve disputa quanto à concreta validade da alienação realizada no caso concreto, in verbis:

*"É possível aferir do bojo da petição inicial e mesmo de forma implícita nos pedidos apresentados na inicial, a pretensão à desconstituição do ato administrativo.*

*(...) assentou o eminente Relator, que o ora apelante detém apenas compromisso particular de compra e venda desprovido de averbação às margens da matrícula do imóvel, o que não o legitima a postular o restabelecimento dessa mesma matrícula e da escritura pública de compra e venda, ambas em nome de terceiros e anuladas em procedimento administrativo.*

*Entendo, contudo, que o direito ao restabelecimento dos atos registrais (matrícula e escritura pública) pertence a todos os juridicamente interessados. A pretensão inicial, como dito, volta-se ao reconhecimento judicial de "autenticidade e eficácia da escritura pública mencionada in causa petendi, bem como, conceder a restauração da matrícula n. 3.435 do Registro Imobiliário de Três Lagoas/MS". Não pleiteia o apelante lhe seja conferido título dominial. Pretende, isto sim, restabelecer situação jurídica vigente à época em que celebrou com o então titular dominial do imóvel instrumento jurídico versando sobre o próprio imóvel e sem a qual (situação jurídica) provavelmente não teria realizado negócio algum.*

*A anulação da escritura e da matrícula, levada a efeitos em procedimento administrativo e que se pretende desfazer, trouxe evidente prejuízo ao apelante, na medida em que realizou negócio jurídico envolvendo o imóvel objeto daquela matrícula e direitos mencionados na escritura. Isso revela nítido interesse jurídico do apelante em questões alusivas àqueles atos registrais, fato que o legitima a pleitear a tutela jurisdicional tendente ao reconhecimento dos seus efeitos jurídicos." fls. (e-STJ) 759/760*

Verifica-se que não prospera a alegada ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil/73, neste ponto, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

No que tange à análise da prescrição, a Corte de origem concluiu pela impossibilidade de exame da matéria, pela necessidade de prévia apreciação do tema pelo

juízo *ad quem*. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

*"Essas questões ainda não foram submetidas à apreciação do Juízo da causa, razão pela qual não podem ser analisadas por este juízo ad quem sob pena de supressão de instância, ainda que se trate de matéria de ordem pública." (e-STJ, fl. 775)*

Como se sabe, a prescrição é matéria de ordem pública e, nas instâncias ordinárias, pode ser apreciada a qualquer tempo e grau de jurisdição. Neste sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF.*

*1. As questões de ordem pública são passíveis de conhecimento de ofício nas instâncias ordinárias, contudo, estas devem observar o requisito do prequestionamento na via do recurso especial.*

*Precedentes.*

*2. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em suas razões recursais impede o conhecimento do recurso especial.*

*3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido."*

*(AgInt no AREsp 1272387/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018)*

*"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PREPARO. LEI ESTADUAL 11.608/2003. SÚMULA N. 280/STF. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. SÚMULA N. 283/STF. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. AÇÃO MONITÓRIA. PRAZO QUINQUENAL.*

*1. "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário" (Súmula n. 280/STF).*

*2. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles" (Súmula n. 283/STF).*

*3. A prescrição, matéria de ordem pública, pode ser reconhecida de ofício ou a requerimento das partes, a qualquer tempo e grau de jurisdição.*

*Precedentes.*

*4. Na linha da jurisprudência desta Corte, a ação monitória está subordinada ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos.*

*5. Agravo interno a que se nega provimento."*

*(AgInt nos EDcl no REsp 1250171/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 05/05/2017)*

Diante da omissão da decisão recorrida, impõe-se o provimento do recurso especial para que o Tribunal estadual se pronuncie sobre a prescrição, sanando, assim, o vício apontado.

De outra banda, a Corte Especial do STJ, ao analisar a Questão de Ordem no REsp n. 1.129.215/DF, de relatoria do Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, firmou entendimento de que o enunciado da Súmula 418/STJ deverá ser interpretado de forma que a necessidade de ratificação do recurso interposto na pendência de embargos declaratórios apenas seja exigida quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior. A propósito:

*"QUESTÃO DE ORDEM. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. CORTE ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO ALTERAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA. DESNECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO. INSTRUMENTALISMO PROCESSUAL. CONHECIMENTO DO RECURSO. INTERPRETAÇÃO DA SÚMULA 418 DO STJ QUE PRIVILEGIA O MÉRITO DO RECURSO E O AMPLO ACESSO À JUSTIÇA.*

*1. Os embargos de declaração consistem em recurso de índole particular, cabível contra qualquer decisão judicial, cujo objetivo é a declaração do verdadeiro sentido de provimento eivado de obscuridade, contradição ou omissão (artigo 535 do CPC), não possuindo a finalidade de reforma ou anulação do julgado, sendo afeto à alteração consistente em seu esclarecimento, integralizando-o.*

*2. Os aclaratórios devolvem ao juízo prolator da decisão o conhecimento da impugnação que se pretende aclarar. Ademais, a sua oposição interrompe o prazo para interposição de outros recursos cabíveis em face da mesma decisão, nos termos do art. 538 do CPC.*

*3. Segundo dispõe a Súmula 418 do STJ "é inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação".*

*4. Diante da divergência jurisprudencial na exegese do enunciado, considerando-se a interpretação teleológica e a hermenêutica processual, sempre em busca de conferir concretude aos princípios da justiça e do bem comum, é mais razoável e consentâneo com os ditames atuais o entendimento que busca privilegiar o mérito do recurso, o acesso à Justiça (CF, art. 5º, XXXV), dando prevalência à solução do direito material em litígio, atendendo a melhor dogmática na apreciação dos requisitos de admissibilidade recursais, afastando o formalismo interpretativo para conferir efetividade aos princípios constitucionais responsáveis pelos valores mais caros à sociedade.*

*5. De fato, não se pode conferir tratamento desigual a situações iguais, e o pior, utilizando-se como discrimen o formalismo processual*

*desmesurado e incompatível com a garantia constitucional da jurisdição adequada. Na dúvida, deve-se dar prevalência à interpretação que visa à definição do thema decidendum, até porque o processo deve servir de meio para a realização da justiça.*

**6. Assim, a única interpretação cabível para o enunciado da Súmula 418 do STJ é aquela que prevê o ônus da ratificação do recurso interposto na pendência de embargos declaratórios apenas quando houver alteração na conclusão do julgamento anterior.**

**7. Questão de ordem aprovada para o fim de reconhecer a tempestividade do recurso de apelação interposto no processo de origem."**

(REsp n. 1.129.215/DF, Relator **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/9/2015, DJe 3/11/2015, grifou-se)

No presente caso, houve desprovimento dos embargos opostos contra a sentença, de modo que não houve alteração de julgamento (e-STJ, fls. 773/776), de forma que a ausência de ratificação do recurso, não torna a apelação extemporânea.

Assim, estando o acórdão recorrido em harmonia com a orientação firmada nesta Corte Superior, incide, no ponto, o óbice previsto na Súmula 568 do STJ.

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que se pronuncie sobre o ponto omissis, nos termos da fundamentação acima.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator